

**(Ex)Inclusão escolar no contexto da pandemia de COVID-19: o município de Serra (ES) em foco**

Lucas de Souza Leite  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/FAPES) - Brasil  
[Lucas.souzaleite@outlook.com](mailto:Lucas.souzaleite@outlook.com)

Renato Júnior Dias Emílio  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Brasil  
[renato.emilio@gmail.com](mailto:renato.emilio@gmail.com)

Edson Pantaleão Alves  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Brasil  
[edpantaleao@hotmail.com](mailto:edpantaleao@hotmail.com)

**Eixo Temático 6:** Processos de aprendizagem e desenvolvimento e práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar

**Resumo:** Considerando a educação e, por conseguinte, a educação especial, enquanto campo de interesse do campo sociológico, esse artigo coloca em evidência algumas questões educacionais emergidas durante o contexto de pandemia por Covid-19. Tomando como campo investigativo o sistema de ensino municipal da Prefeitura de Serra, Espírito Santo, Brasil e o ano letivo de 2020, o presente artigo utiliza-se dos pressupostos teórico-metodológicos de Peter Burke (1980) e Norbert Elias (1994), principalmente com os conceitos de Estrutura, Função, Papel Social e nas discussões relativas aos Indivíduos, Sociedade e sua interdependência. Dessa maneira, o ensaio acadêmico tem como objetivo tecer reflexões acerca dos impactos da pandemia ocasionada por Covid-19 nos processos de ensino-aprendizagem e problematizar as estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Serra (SEDU), durante o período mencionado. Após as discussões, problematizamos a adoção das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNP) como principal estratégia adotada pelo município, apontamos algumas evidências sociológicas que legitimam o esforço mínimo para com a Educação Especial e problematizamos o desinvestimento tecnológico educacional no município e a comunicação falha entre escola e família, apontando-os como fatores desestimuladores para o ensino.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Pandemia. Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNP). Papel Social. Interdependência.

### **Considerações iniciais**

Partindo do pressuposto que a educação constitui campo de interesse de investigação das questões sociológicas, problematizamos neste ensaio acadêmico os atravessamentos do contexto social, marcado pela convivência mundial da pandemia

ocasionada por Covid-19, ou pandemia do novo Coronavírus, nos processos educacionais.

Neste íterim, buscamos refletir, mais detidamente, em como esse quadro epidemiológico tangenciou os processos de exclusão e inclusão escolar dos estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)<sup>1</sup>.

Neste sentido, concordamos com Azevedo (1987) quando enfatiza que é inviável tentar compreender um sistema pedagógico - neste trabalho também entendido como sistema educacional - sem compreender o contexto social que lhe deu origem. Dessa maneira, ancorados nas discussões de Peter Burke (1980), com os conceitos de Estrutura, Função e Papel Social; e Norbert Elias (1994), e suas considerações acerca de indivíduo, sociedade e suas interdependências, tecemos reflexões acerca dos processos inclusivos dentro no contexto pandêmico, focalizando o âmbito educacional.

A partir do contexto delineado, destacamos como objetivos deste ensaio acadêmico, tecer reflexões acerca dos impactos da pandemia ocasionada por Covid-19 nos processos de ensino-aprendizagem e problematizar as estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Serra (SEDU), Espírito Santo, Brasil, durante o ano letivo de 2020 no contexto da pandemia.

As discussões neste texto pretendem responder aos seguintes questionamentos: Quais foram as medidas adotadas pela secretaria para a educação em tempos de pandemia? Quais as orientações da SEDU/Serra para as escolas em relação aos estudantes PAEE?

O texto está organizado de modo que, no primeiro item resgatamos aspectos históricos da Educação Especial e os pressupostos para que seja inclusiva. No segundo item fazemos uma análise dos documentos-base orientadores durante o período de pandemia, elaborados pela SEDU/Serra e, no último item, apresentamos reflexões e problematizações acerca da Educação Especial na pandemia apoiados nos constructos teórico-metodológicos de Peter Burke (1980) e Norbert Elias (1994).

---

<sup>1</sup> De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008): estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

## 1. Pressupostos para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Podemos considerar que o debate acerca da educação e escolarização dos estudantes PAEE ganha maior proporção a partir dos movimentos sociais e da realização de eventos, emergidos no século XX em prol dos direitos humanos. Como marcos desse período, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993, e a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais, realizada em 1994 e que produziu a Declaração de Salamanca, considerada marco mundial difusor da filosofia da educação inclusiva (MENDES, 2016).

Esse contexto, enfatiza Mendes (2006), embasou a construção de argumentos morais que auxiliaram na conscientização da sociedade acerca dos prejuízos da segregação sistemática dos grupos minoritários e embasou, de certa maneira, a construção de propostas para trazer as pessoas com deficiência para dentro das escolas. Uma vez na escola e com número de matrículas cada vez mais crescente, a inclusão desses estudantes não era, por vias simples, naturalmente garantida.

No caso brasileiro, Januzzi (2004) mostra que o descaso do governo abriu precedentes durante muito tempo para a pulverização de uma rede de instituições especializadas filantrópicas para educação daqueles que sempre foram excluídos dos processos educativos na escola regular. A partir da década de 70, com a ampliação do acesso à escola para população em geral e a criação das classes especiais em escolas regulares públicas, tem-se o início de uma resposta mais contundente do governo para essa problemática.

Diferentes estudos (MENDES, 2006; MILETTI e RIBEIRO, 2014; LAPLANE, CAIADO e KASSAR, 2016) mostram que, diferente do início dos anos 2000, o número de matrículas nas escolas regulares é maior que nas instituições especializadas. Isso se deve, dentre outros motivos, às mudanças de paradigma nas políticas públicas para com a Educação Especial. Dentre essas alterações destacamos a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, o Decreto 5.626/2005 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva inclusiva (2008).

Delineado esse contexto, defrontamo-nos com o período pandêmico (a partir do ano de 2020) e lançamos alguns questionamentos para ancorar nossas reflexões, a saber:

1) Durante a pandemia causada por Covid-19, os estudantes com deficiência foram incluídos nos processos educacionais? 2) As orientações da SEDU/Serra preocuparam-se em oferecer uma educação especial numa perspectiva inclusiva?

## **2. Pandemia, Escola e Educação Especial:** mapeando os caminhos adotados pela SEDU/Serra (ES)

Após aproximadamente um ano e cinco meses do primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil, o país se figurava dentre aqueles com os piores indicadores relativos a óbitos e contaminações no mundo (CALIL, 2021). Segundo dados do Painel do Coronavírus no Brasil, administrado pelo Ministério da Saúde, o país conta, em 2022, com mais de 34 milhões de casos confirmados e mais de 688 mil óbitos acumulados. Com um programa de vacinação lento, iniciado no final de janeiro de 2021 e uma grande desarticulação entre o Governo Federal, estados e Distrito Federal, naquele contexto (2020-2021) o país acumulou muitos casos, devido a adoção de medidas de distanciamento social frágeis e que tiveram como rebatimentos, no âmbito social, econômico, cultural e político, muitos efeitos negativos da pandemia. No Espírito Santo, unidade federativa em que o campo empírico desta pesquisa está situado, o primeiro caso foi diagnosticado em 05 de março de 2020 e os dados da Secretaria Estadual de Saúde mostram, em 2022, um total acumulado de mais de um milhão de casos e mais de 14 mil óbitos. Este é, em linhas gerais, o contexto histórico-social que a educação tem enfrentado, dentre os já conhecidos desafios, ao longo dos últimos dois anos.

Nesta seção, utilizamos os documentos elaborados pela SEDU/Serra como material investigativo relativo às práticas adotadas na educação e Educação Especial do município. Em seguida, tecemos reflexões acerca dessas práticas tendo como sustentação as teorias sociológicas de Burke (1980) e Elias (1994). Por essas razões, apontamos que o presente trabalho se configura como um ensaio acadêmico qualitativo apoiado em autores.

No município pesquisado, o fechamento das escolas foi realizado a partir do dia 19 de março de 2020, com previsão de retorno para o dia 06 de abril, conforme Portaria n.º 05/2020. Naquele momento, o contexto em relação ao Coronavírus era de muitas dúvidas e nenhuma certeza, aspectos inerentes ao estágio inicial de desenvolvimento

de uma pandemia. Existia a expectativa de que as medidas de distanciamento social durariam apenas 15 dias e depois a vida escolar, bem como os demais setores da vida social, voltariam à sua rotina habitual. A Portaria n.º 06/2020, entretanto, começava a dar indícios de que tais medidas durariam mais que o programado, estendendo o fechamento das escolas até o final do mês de abril ou enquanto durasse o período de isolamento social determinado pelo estado do Espírito Santo.

Passados três meses de suspensão das aulas e sem quaisquer movimentações da Secretaria de Educação em orientação às escolas, equipe de gestão e seus profissionais para realização de movimentos didático-pedagógicos com os estudantes, a Portaria n.º 08/2020, divulgada em 03 de julho, autorizou “a realização e distribuição (online e/ou impressa) de Atividades Pedagógicas Não-Presenciais - APNP - nas Unidades de Ensino da Rede Municipal da Serra” (SEDU/SERRA, 2020). As APNP consistem em materiais de atividades e exercícios elaborados pelos profissionais lotados nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF).

Consideramos que as APNP poderiam se configurar como uma medida paliativa e emergencial, que talvez no começo fosse a melhor opção a ser adotada pela Secretaria, dado o ineditismo de experienciar um contexto de pandemia, de confinamento e isolamento social. Entretanto, é importante enfatizar que somente essas APNP não são suficientes para assegurar acesso à educação dos estudantes, pois não permitem a socialização, discussão dos conteúdos e construção de saberes das mais diferentes áreas do conhecimento. Considerando os contrastes sociais existentes, a adoção dessas atividades cria hiatos e distancia professores e estudantes, que na maioria dos casos, têm a figura dos professores como único apoio para os estudos.

Contrário à tal raciocínio, em agosto de 2020 a SEDU/Serra estabeleceu que o ano letivo de 2020 seguiria inteiramente com as APNP no município de Serra. Em consonância com a Portaria 15/2020, a SEDU/Serra emitiu o Parecer n.º 238/2020 que normatizou a carga horária das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNP) e as estabeleceu como critério para progressão dos estudantes.

É importante enfatizar que para organização das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNP), a Portaria n.º 15/2020, em seu artigo 5º, orienta para a consideração das “especificidades dos estudantes dos estudantes Público-Alvo da

educação especial, por meio do trabalho colaborativo, realizando adaptações necessárias para cada área” (SEDU/SERRA, 2020).

Trata-se de uma redução imensurável da oferta de ensino para os estudantes, mormente para aqueles que são Público-Alvo da Educação Especial. Devemos observar que, frequentando a escola regular, os estudantes com deficiência recebiam as orientações dos professores de área e dos professores especialistas, tinham apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno e, inclusive, tinham, neste município, um estagiário (estudante de licenciatura em processo de formação inicial) para auxílio nas atividades e organização da rotina de estudos. Adotar as APNP, ainda que com a realização de “adaptações necessárias”, pode se configurar como um esforço muito pequeno da SEDU/Serra para com esse público.

O caráter excepcional de adoção das atividades é compreensível, no entanto, o que está sendo pautado é a opção por uma estratégia mais simples (e menos custosa) pelo órgão gestor. Consideramos que existem alternativas que poderiam ter sido adotadas para encurtar a distância entre professores e estudantes e melhor assegurar os processos de *ensinoaprendizagem*.

Um caminho possível seria a utilização de plataformas digitais de ensino para realização dos encontros e transmissão das aulas. Para tanto seria necessário um Programa - talvez transversal e apoiado pelo Governo Federal - para aquisição/doação de computadores e planos de internet. Neste ponto, esbarramo-nos com problemas financeiros, de investimento e financiamento da educação, entretanto, a perspectiva de que a pandemia seria rapidamente superada não permitiu o investimento em tecnologias de ensino. Pelo contrário, investiu-se no retorno. Outro ponto que talvez tenha dificultado o investimento em tecnologias da educação seja a resistência da Prefeitura no processo de informatização, visto que ainda atualmente (2022) a SEDU/Serra não conta com sistema eletrônico de acompanhamento do escolar.

Outra alternativa seria a transmissão das aulas em canais abertos de Televisão, por considerarmos mais acessíveis que computadores, celulares e internet, por exemplo. Para os estudantes PAEE, o acompanhamento dessas aulas juntamente com o auxílio do professor especialista e do estagiário, ainda que em caráter remoto, seria primordial para minorar o tempo sem contato com os processos educacionais, pois, somente com a entrega das APNP - e isso vale para todos os estudantes, não

somente para aqueles público-alvo da Educação Especial -, não garantia que elas estavam sendo realizadas e os conteúdos trabalhados. Na maioria das vezes os estudantes não tinham a presença de outras pessoas para lhe orientar na realização das tarefas e resolução das atividades.

Todo esse quadro de esforço mínimo da Secretaria para com a educação em tempos de pandemia corrobora a desarticulação entre Governo Federal, Estados e Município que não formulou propostas ou planos de ação exequíveis para os entes federados. Outro ponto que consideramos problemático é tangente a comunicação escola-família durante a pandemia no município. A já mencionada Portaria n.º 15/2020 institui, no capítulo V, que as Unidades de Ensino devem manter o diálogo com a família, a fim de proporcionar apoio e orientação para realização das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNP)

Essa ação **poderá** ser realizada pelos meios de comunicação relacionados abaixo ou outros que a Unidade de Ensino julgar mais adequada a sua realidade:

- I- WhatsApp;
- II- Contatos telefônicos;
- III- Plataformas de videoconferência;
- III- Facebook, Instagram.
- IV- E-mail; (SEDU/SERRA, 2020, grifo nosso).

A opção pelo termo “poderá” é um indicativo da falta de investimento e estrutura por parte da SEDU/Serra. Pensamos que deveria ter sido estabelecido um protocolo-padrão, adequado com a realidade dos municípios, a fim de assegurar que de fato esse contato seria realizado. O que aconteceu, na maioria dos casos, foram os profissionais da educação, desamparados, utilizando seus aparelhos de uso pessoal para fins de trabalho.

Formalizar e instituir a comunicação da escola, por conseguinte, da equipe de gestão e corpo docente, com a família, num contexto como este, é pressuposto imperativo para minorar o desinteresse dos estudantes pelo ensino.

A perspectiva de que a Pandemia acabaria rapidamente fez com que o município investisse em adaptações (como as APNP) e no retorno, alargando o desinvestimento tecnológico gigantesco no âmbito da educação no município.

Dessa maneira, buscamos no item seguinte, apoiando-se em abordagens sócio-históricas, refletir sobre os processos que legitimam a tomada de certas estratégias adotadas nos sistemas de ensino. Estratégias que, num primeiro momento, parecem

circunstanciais, tomadas pelo tom do contexto, mas que na verdade, tem suas raízes em processos estruturais, funcionais e sociais de longa data.

### 3. Diálogos com a Sociologia de Peter Burke e Norbert Elias

Em seus estudos, Peter Burke (1980) apresenta conceitos-chave básicos da sociologia a fim de fornecer ferramentas para o desenvolvimento de pesquisas que se valem dos aparatos teórico-conceituais da sociologia para análise dos contextos sociais. Neste trabalho, nossas discussões estão ancoradas nos conceitos de Estrutura, Função e Papel Social.

De acordo com Burke (1980), o termo *Estrutura* pode ser entendido como uma entidade que é composta por partes mutuamente dependentes. Nesta esteira, fala-se mais especificamente das estruturas sociais que, numa interpretação superficial, podem ser entendidas como um conceito simples e de debate esgotado. Entretanto, conforme destaca o autor, quando analisado em combinação com o conceito de *Função*, tem-se o entendimento do seu real significado. A noção de *Função*, enfatiza Burke (1980), precisa ser analisada no sentido de compreender a função de cada parte na estrutura social, para manter o equilíbrio, indicando interdependência entre as estruturas.

Acerca da interdependência social, Elias (1994), realiza estudos para demonstrar a indissociabilidade e o imbricamento entre indivíduo e sociedade. O autor destaca que não existe indivíduo sem sociedade, justamente por conta da etapa geracional, das figurações e interdependências das quais inevitavelmente fazemos parte. Não tem como pensar um indivíduo que tenha se formado sem a relação com outros. O autor destaca que uma criatura que nasce só se transforma em uma pessoa psicologicamente desenvolvida, na relação com outros seres humanos. Segundo ele, “isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semisselvagem” (ELIAS, 1994, p. 27).

Apoiamo-nos nesses conceitos e noções dos sociólogos a fim de fazer uma análise paralela na educação durante o contexto da pandemia por Covid-19. A sociedade experienciou um momento em que as interdependências entre as estruturas sociais e seus atores se expandiram de maneira exponencial, ficando evidente, conforme Elias (1994) que não existe indivíduo sem sociedade, e vice-versa.



No contexto educacional, podemos enfatizar que a função social da escola foi destacada, sendo reconhecida, na maioria dos casos, como lócus privilegiado de acesso à educação, cultura e socialização. Tal importância talvez tenha sido ainda mais notada pelos estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), que têm no contexto escolar um *espaçotempo* que extrapola as barreiras do aprendizado e se configura também como lugar de convivência, experimentação e compartilhamento. Neste sentido, outro conceito discutido na obra de Burke (1980) que consideramos muito caro ao debate aqui realizado é o de *Papel Social*, entendido pelo autor como um modelo de comportamentos ligados a determinadas posições dentro da estrutura social. Nesta esteira, o autor enfatiza que o papel social pode ser definido por meio das expectativas dos outros sobre determinada pessoa, que podem ser, por sua vez, contraditórias em relação ao mesmo papel. Em outras palavras, o papel social pode ser entendido como o conjunto de condutas esperado para que uma pessoa, ocupante de determinada posição, adote. Nem sempre essas expectativas serão compartilhadas por todos, gerando aquilo que Burke (1980) chama de “tensão do papel” (p.46).

Em consonância com a evidência adquirida pelas escolas, seus profissionais também adquiriram destaque. Todavia, nesse jogo de reconhecimentos e proeminências, podemos identificar uma tensão dos papéis (BURKE, 1980), marcada por um grupo que de fato reconhece as potencialidades da escola para educação e emancipação social de seus sujeitos, e outro que a enxerga apenas como um “depósito de crianças”, e os professores, como seus “cuidadores”.

Outro aspecto da obra de Burke (1980) que destacamos diz respeito à noção dos *Mitos* enquanto função social dentro da sociedade. O autor aponta para o fato de que uma história do passado serve para justificar a existência de uma instituição e sua manutenção, sendo “tão possível descobrir mitos que justificam a mudança como mitos que justificam o *status quo*” (p.45).

No contexto em debate, concordamos com Burke (1980) no sentido de que tais mitos legitimam não somente instituições, mas também práticas e, em se tratando de Educação Especial, cabe destacarmos o mito de que os estudantes PAEE não são capazes de aprender. Apesar de parecer incongruente, essa noção permeia, ainda na atualidade, o seio social e justifica práticas excludentes e não-inclusivas no contexto educacional. Exemplo disso é o fato de a Secretaria não ter pensado uma oferta de

ensino mais inclusiva para os estudantes com deficiência. Neste caso, o mito de que os estudantes PAEE não aprendem legitimou o descaso e a falta de esforço, já destacada, dos órgãos responsáveis.

Outro mito que gostaríamos de destacar relativo à Educação Especial diz respeito à noção de que os estudantes com deficiência não devem ser matriculados nas escolas regulares, mas sim nas escolas especializadas. Em recente ato, o Ministério da Educação (MEC) divulgou, por meio do Decreto n.º 10.502/2020 a nova Política Nacional de Educação Especial<sup>2</sup>, cujo conteúdo previa a possibilidade dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) matricularem-se somente em escolas ou classes especializadas, o que pode ser interpretado como um duplo retrocesso: primeiro porque significa distanciamento na inclusão desses estudantes e segundo porque, em termos de financiamento da educação pública, privilegiar (direta ou indiretamente) as escolas especializadas é bem mais custoso para os cofres públicos do que investir numa política inclusiva nas escolas regulares (OMS, 2011, p. 218 apud KASSAR, 2016).

Dessa forma, enfatizamos a necessidade de superação desses mitos e a assunção da interdependência inerradicável, tanto dos indivíduos, quanto das funções individuais em sociedade. Nas palavras de Elias (1994), “cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem (p.23). Tomando consciência desses pressupostos, caminharemos cada vez mais ao encontro da construção de uma Educação Especial na perspectiva inclusiva, não somente no âmbito dos documentos oficiais, como Portarias e Resoluções, mas também nas práticas cotidianas, onde a diferença realmente acontece.

### **Considerações Finais**

O período de pandemia colocou em evidência algumas questões que, em outros contextos, parte da população não havia se atentado. Presenciamos, por exemplo, no contexto escolar, grupos sociais que há pouco tempo deslegitimaram a escola

---

<sup>2</sup> Após muitos embates, repúdio da comunidade de pessoas com deficiência e da comunidade acadêmica, o Decreto 10.502/2020 encontra-se suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

enquanto locus privilegiado de ensino, socialização, e cultura, e defendeu o chamado *homeschooling*<sup>3</sup>, criticar as medidas de isolamento social, em especial o fechamento das escolas, e primar por sua reabertura. Muito disso se dá por conta da “confusão do papel”, conforme Burke (1980).

A Educação Especial, que possui longo histórico de lutas pelos direitos dos estudantes com deficiência, viu-se impotente frente ao contexto de pandemia que, de surpresa, desafiou todos os sistemas e modalidades de ensino em todo o mundo.

Em relação aos caminhos adotados pela SEDU/Serra, nosso campo empírico de estudo, identificamos esforços mínimos feitos pela Secretaria durante o contexto, tanto para a educação de maneira geral, quanto para Educação Especial, que se configurou com a realização das APNP. Sob nossas lentes, para os estudantes público-alvo, em específico, a adoção dessa estratégia caracteriza esforço mínimo, pois, ao compararmos com os serviços oferecidos antes do contexto pandêmico, como apoio do professor especializado, AEE e estagiário, por exemplo, a redução de oferta é muito grande.

Observamos, inclusive, que a perspectiva de retorno presencial impeliu o investimento em tecnologias da educação e a formulação de outras estratégias para o ensino municipal durante a pandemia. Identificamos ainda, em concordância com o referencial teórico-metodológico de apoio (BURKE, 1980; ELIAS, 1994), evidências sociológicas - os mitos como função social - que legitimam o desinvestimento pedagógico nos estudantes público-alvo da Educação Especial. A dificuldade em pensar alternativas para promover a socialização dos estudantes, família e gestão escolar no município geram incertezas em relação ao interesse dos estudantes pelo processo de *ensinoaprendizagem* e uma forte tendência à evasão escolar.

Nesta linha de pensamento, restam, assim como no início da pandemia, muitas dúvidas e quase nenhuma certeza em relação ao futuro educacional dos estudantes que enfrentaram – e ainda em 2022 enfrentam - esse período pandêmico.

Nossos sistemas de ensino serão capazes de reparar este período que nossos estudantes (falando especialmente a partir da realidade de Serra/ES) ficaram sem aulas? Como será possível fazer isso? Em relação aos PAEE, os processos de socialização e aprendizagem serão ainda mais ou ainda menos desafiadores? Os processos de formação inicial e continuada de professores precisam repensar seus

---

<sup>3</sup> Ensino doméstico ou domiciliar.

currículos e práticas de formação docente? Essas são apenas algumas das questões que, por meio do tempo e de outras pesquisas, seremos capazes de responder.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. Os sistemas escolares. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 138-149.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução Nº 4**, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BURKE, Peter. **Sociologia e história**. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, Apr. 2021. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282021000100030&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100030&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 May 2021. Epub Feb 22, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.236>.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

JANUZZI, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/235>>. Acesso em 05 abr. 2021.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> 22/10.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil. **Revista Teias**. v. 17 • n. 46 • (jul./set. - 2016): Observatórios de Educação Especial e Inclusão Escolar. DOI: 10.12957/teias.2016.25497.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio-ago. 2014 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência**, 2011. Disp.: <[http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO\\_MUNDIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf)>.

SERRA, Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 005 de 18 de Março de 2020**. Adota medidas emergenciais para o funcionamento da Rede Municipal de Ensino da Serra/ES, em razão da Pandemia de doença infecciosa viral e respiratória - COVID-19 (novo Coronavírus). Serra-ES, 2020.

SERRA, Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 006 de 03 de Abril de 2020**. Adota medidas emergenciais para o funcionamento da Rede Municipal de Ensino da Serra/ES, em razão da Pandemia de doença infecciosa viral e respiratória - COVID-19 (novo Coronavírus). Serra-ES, 2020.

SERRA, Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 008 de 03 de Julho de 2020**. Autoriza a realização e distribuição (online ou impressa) de atividades pedagógicas não presenciais - apnps - nas Unidades de Ensino da Rede Municipal da Serra, por meio do regime de teletrabalho e dá outras providências, em razão da pandemia de doença infecciosa viral e respiratória - COVID-19 (novo Coronavírus). Serra-ES, 2020.

SERRA. Secretaria Municipal de Educação. **Parecer 238/2020 de 10 de Agosto de 2020**. Normatização da carga-horária referente às atividades pedagógicas não-presenciais no Sistema Municipal de Ensino da Serra/ES, “em regime de excepcionalidade, em virtude da pandemia do novo coronavírus”. Serra-ES, 2020.

SERRA, Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 015 de 13 de agosto de 2020**. Normatiza as Atividades Pedagógicas Não-Presenciais - APNPs - ofertadas aos estudantes do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino da Serra, para fins de cômputo de carga horária obrigatória referente ao ano letivo 2020, em regime excepcional, em razão do período de distanciamento social, como forma de conter a disseminação do novo Coronavírus. Serra-ES, 2020.